

# Desenvolvimento e transição

## Orientações do pensamento económico perante a problemática do desenvolvimento a longo prazo\*

### I

1. No presente texto procuraremos uma visão panorâmica de linhas principais de evolução do pensamento económico contemporâneo relativo à problemática do desenvolvimento a longo prazo.

Seguindo as aceções de T. Khun sobre a lógica de evolução do pensamento científico<sup>1</sup>, reteremos à partida uma bifurcação essencial entre o paradigma ortodoxo ou burguês e o paradigma marxista. Introduziremos, depois, uma maior diferenciação nesta dicotomia. É de elementar prudência e honestidade advertir o leitor de que não pretendemos um tratamento *exaustivo* (mesmo panorâmico) da temática em causa, mas antes um tratamento *selectivo* que permita identificar pontos críticos ou alternativas fundamentais que têm estado e continuam a estar em jogo no terreno que pretendemos analisar.

Procurando diferenciar, em primeira análise, os dois «paradigmas» citados, temos de reconhecer que, se ambos, em certa medida, remontam a um tronco comum (pelo menos incluindo os «clássicos» ingleses, de Smith a Ricardo) e também ambos se radicaram originariamente num terreno comum — a experiência histórica dos primeiros países capitalistas que se industrializaram a partir do século XVIII —, divergiram rapidamente na metodologia e na problematização que adoptaram. Num caso procurou-se a interpretação *conforme* à lógica do próprio processo capitalista analisado e à sua preservação; noutra procurou-se antes a crítica radical e a transformação revolucionária do mesmo. Neste, o «económico» é analisado enquanto componente dum processo histórico global que só globalmente pode ser cientificamente analisado; no paradigma ortodoxo, o «económico» é analisado, regra geral, sem referência à sua historicidade, pois, mesmo que se intentem análises dinâmicas, o económico é cuidadosamente esvaziado do sociológico, do ideológico e do político. Ocorre imedia-

\* Texto elaborado com base em notas de lições dadas no I. S. C. T. E. ao 4.º ano de Economia no curso Modelos e Políticas de Desenvolvimento.

<sup>1</sup> Thomas S. Khun, *The Structure of scientific revolutions*, University of Chicago Press, 1970, 2.ª ed.

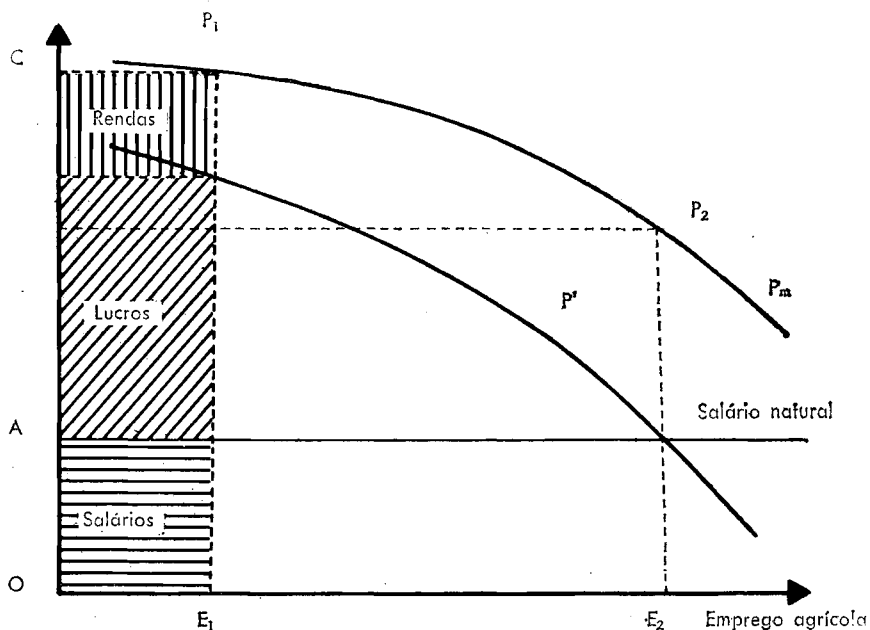
tamente o nome de Joseph Schumpeter como grande figura isolada numa terra de (quase) ninguém entre os dois paradigmas. Mas o «Marx burguês», como alguém designou o autor de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, não constituiu escola, embora tenha esboçado paradigma alternativo da economia ortodoxa. Se o esboço não passou disso, porém, talvez o facto se deva à circunstância de o paradigma sugerido não servir claramente os interesses de ninguém, dominantes ou dominados. A transição para o socialismo pressentida por Schumpeter (melhor dito, talvez, para o capitalismo monopolista de Estado, como hoje refere o paradigma marxista) é melancólico e desencantado processo que não mobiliza militantes nem para o ataque ao capitalismo nem (muito menos) para a sua defesa. Quanto a esta, Keynes faria mais e melhor, como se sabe. Mas voltemos ao princípio.

## II

2. Começemos por recordar o tronco clássico comum a Gregos e Troianos. Fixemo-nos por momentos em Ricardo <sup>2</sup>.

No gráfico I encontramos uma possível interpretação sintética do modelo ricardiano de crescimento económico. Considerando as variáveis medidas

[GRÁFICO I]



em termos reais (digamos, em unidades de «trigo») e supondo, como diz Blaug, a economia reduzida a uma enorme «quinta», a pressão crescente da população sobre os recursos, sendo estes limitados (terra), faz funcionar a lei dos rendimentos decrescentes, expressa pelo decrescimento da curva

<sup>2</sup> Mark Blaug, *Economic theory in retrospect*, Heinemann, Londres, 1970, pp. 92 e segs.

do produto marginal do trabalho ( $P'$ ) e que também poderia ser representada pelo crescimento do custo marginal do trigo. Para um nível de emprego  $E_1$ , o «rendimento nacional» em trigo é dado pelo rectângulo [ $OCP_1E_1$ ], repartido entre salários, lucros e rendas, como a figura indica. A renda média da terra (média por trabalhador empregado) é dada pela diferença entre o produto médio e o produto marginal e constitui rendimento apropriado, não pelos rendeiros, mas pelos proprietários da terra. Dado o salário «natural», constante a longo prazo em termos reais, o excedente da produção de trigo (em relação ao necessário para assegurar a subsistência da força de trabalho) é repartido entre lucros e rendas, tendendo estas a «engolir» os lucros quando aumenta o emprego agrícola. Para  $E_2$ , quando a produtividade marginal iguala o salário, todo o rendimento nacional vai para rendas e salários, anulando-se os lucros.

A taxa de lucros declina na agricultura e também na indústria (não representada no gráfico 1) pela conjugação de duas tendências: o desvio de capitais da agricultura para a indústria e o aumento do custo monetário da força de trabalho.

O crescimento tende, pois, à estagnação, a menos que o progresso técnico venha impedir o decréscimo de  $P'$  ou a economia entre no comércio internacional, especializando-se segundo a doutrina das vantagens comparativas. Então a Inglaterra importará cereais, liquidando a classe dos proprietários da terra (como tais) e exportando artigos manufacturados para benefício da indústria. Ou, dito doutra forma: a Inglaterra desenvolver-se-á assegurando o subdesenvolvimento de certa periferia.

Porque ocupa este «modelo» lugar central na génese dos *dois* paradigmas que referimos?

Porque tanto Marx como Stuart Mill (por exemplo) remontam em boa medida a Ricardo. Numa linha, a teoria do valor e da exploração, a queda tendencial da taxa de lucro e a luta entre classes na repartição do rendimento colheram evidente inspiração em Ricardo <sup>3</sup>. Já na outra direcção, certa concepção das relações económicas internacionais, por um lado, e certa concepção dos equilíbrios marginais espontâneos (ajustamentos equilibradores característicos da visão neoclássica), por outro, têm um precursor (entre outros) na teoria ricardiana da renda da terra.

3. Neste ponto é necessário invocar o debate sobre a teoria do valor, crucial na história do pensamento económico, e em especial no que se refere à concepção teórica do desenvolvimento do capitalismo <sup>4</sup>.

A primeira questão que ocorre invocar acerca da teoria do valor é a seguinte: qual é a problematização perante a qual a construção teórica se situa? É claro que não devemos considerar a problematização como *exterior* à teoria (ou modelo), pois constitui componente essencial da mesma.

Esquemáticamente, a teoria do valor (melhor, *as teorias* do valor) procura explicar:

- 1) A medida comum, porventura essencial ou absoluta, do valor;
- 2) A definição das relações entre valores de troca (preços de mercado);

---

<sup>3</sup> Cf. *Théories sur la plus value*, II, pp. 155-157, citado em Karl Marx, *Œuvres choisies*, II, Gallimard, N. R. F.

<sup>4</sup> Cf., do autor, «Teoria do valor trabalho e crítica da ciência económica», in *Análise Social*, n.º 39, 1973.

- 3) Os mecanismos de criação e repartição do excedente económico e a essência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista;
- 4) Os critérios de aplicação óptima dos recursos.

Salta à vista que a teoria do valor é coisa bem diferente consoante se privilegiem como seu objecto as temáticas 1) e 3) ou 2) e 4).

Voltemos ao gráfico I. A teoria do valor-trabalho de Ricardo remete-nos para a fixação do preço do «trigo» segundo o seu custo marginal (crescente) em trabalho, preço a que todos os outros poderão ser reduzidos. Embrionariamente encontra-se uma lógica de determinação simultânea de preços através da *produção de mercadorias por mercadorias*, como Piero Sraffa mostrou<sup>5</sup>. Ou seja: uma lógica de cálculo de preços interdependentes que garantam certa aplicação de recursos.

Mas encontra-se também embrionariamente outra coisa muito diferente: uma teoria da exploração, identificando um excedente produzido pelos que são efectivamente «produtores» ou criadores de valor (os que vendem a sua força de trabalho) e que é apropriado pelos capitalistas (proprietários ou não dos meios de produção), que impõem, em contrapartida, o valor à força de trabalho, isto é, um mero salário de subsistência.

Perante estas duas linhas teóricas já contidas ou pressentidas em Ricardo, o paradigma ortodoxo, na sua fase neoclássica, vai tentar mostrar que certa configuração do capitalismo — concorrência pura e perfeita — assegurará espontaneamente preços «de equilíbrio» que garantem a melhor aplicação dos recursos disponíveis. E, se a teoria não convence pela aderência das correspondentes hipóteses à realidade, poderá todavia salvar-se pelo seu carácter, já não descritivo, mas *normativo*. Relações *input-output* e técnicas de programação linear permitirão mais tarde determinar preços de cálculo (normativos) que assegurem certa aplicação óptima de recursos. Neste ponto recorde-se a célebre afirmação de Oskar Lange quando reconhece a teoria neoclássica mais adequada do que a teoria do valor-trabalho para a fixação de preços na economia *socialista*<sup>6</sup>. Nos anos 70, ainda Samuelson lhe vem dar razão, como veremos.

Quanto a Marx, encontrará na teoria do valor-trabalho um fundamento para a análise científica da exploração e alienação do trabalhador no capitalismo, mas tropeçará em dificuldades insuperáveis na «transformação» dos valores (tal como os define) em preços. Até que ponto tal facto destrói *toda* a teoria marxista do valor-trabalho é questão que não abordaremos aqui<sup>7</sup>.

4. Vale a pena, neste passo, rever um exemplo numérico que Samuelson nos oferece<sup>8</sup>, ilustrando a sua tese de que o problema da «transformação de valores em preços» é um falso problema, qualquer coisa como «transformar» água em vinho lançando fora a água e metendo o vinho no seu lugar. Claro que a discussão logicamente consistente da questão é mate-

---

<sup>5</sup> *La production de marchandises par des marchandises*, Dunod, 1970 (original de 1960).

<sup>6</sup> Oskar Lange, «Marxian Economics and Modern Economic Theory», in *The Review of Economic Studies*, Junho de 1935.

<sup>7</sup> Cf. o nosso artigo citado.

<sup>8</sup> «The transformation from Marxian Values to Competitive Prices: A Process of rejection and replacement», in *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Setembro de 1970.

mática, mas o exemplo de Samuelson esclarece, na sua singeleza, o essencial da argumentação.

Notemos, desde já, que o problema seria trivial se fosse razoável admitir idênticas composições orgânicas do capital ( $c/v$ ) em todos os sectores ou produtos da economia. Rejeitando tal simplismo, a maior complicação resulta das diferentes proporções em que o trabalho *datado* de diferentes fases intermédias do processo produtivo é incorporado nos produtos finais. Neste caso, a hipótese-limite mais favorável ao algoritmo de Marx no volume III de *O Capital* é a igualdade de composições *internas* do capital nos vários sectores, incluindo o que «produz a força de trabalho», como no exemplo que segue.

Admitam-se os seguintes dados do problema:

- a) De 100 unidades de trabalho, 80 são aplicadas no sector I (trigo) e 20 no sector II (carvão);
- b) 100 unidades de trigo (sector I) requerem 80 unidades de trabalho, 10 de trigo e 10 de carvão;
- c) 100 unidades de carvão (sector II) requerem 20 de trabalho, 40 de trigo e 40 de carvão;
- d) O salário mínimo de subsistência requer, para a reprodução de cada unidade de trabalho,  $\frac{1}{4}$  de trigo e  $\frac{1}{4}$  de carvão.

Repare-se que as proporções internas dos insumos ou *inputs* nas três actividades b), e) e d) são iguais (precisamente iguais à unidade). Neste caso particular, a soma dos valores iguala a soma dos preços de produção e o algoritmo de Marx torna-se aplicável. Mesmo assim, e é esta a tese fundamental de Samuelson, o cálculo dos preços é independente do cálculo dos valores: logo, estes ou são redundantes (neste caso particular) ou divergem dos «preços» e não permitem a melhor aplicação de recursos. Em qualquer caso, os preços de produção não são calculáveis em termos da teoria do valor-trabalho, tal como Marx a formulou.

Voltemos então ao exemplo:

De d) resulta serem necessárias 25 unidades de trigo e 25 unidades de carvão para reproduzir a força de trabalho ao nível de subsistência.

Como 50 unidades de trigo e 50 de carvão se destinam às procuras intermédias, restam 25 unidades de cada para os capitalistas consumirem ou pouparem/investirem.

Tem-se então, em termos de preços:

$$I) \begin{cases} 100 p_1 = (10 p_1 + 10 p_2 + 80 p_3) (1 + r) \\ 100 p_2 = (40 p_1 + 40 p_2 + 20 p_3) (1 + r) \\ p_3 = \frac{1}{4} p_1 + \frac{1}{4} p_2 \end{cases}$$

onde  $p_1$ ,  $p_2$ ,  $p_3$  e  $r$  são, respectivamente, os preços do trigo, carvão, força de trabalho e taxa de lucro. Postulando  $p_3 = 1$  (salário igual à unidade), o sistema I) dá:

$$p_1 = 1,6 \quad p_2 = 2,4 \quad r = \frac{1}{3}$$

Em termos de valores, e chamando  $s$  à taxa de exploração (mais-valia sobre capital variável), vem

$$\text{II) } \begin{cases} 100 v_1 = 10 v_1 + 10 v_2 + 80 v_3 + (80 v_3) s \\ 100 v_2 = 40 v_1 + 40 v_2 + 20 v_3 + (20 v_3) s \\ v_3 = \frac{1}{4} v_1 + \frac{1}{4} v_2 \end{cases}$$

Fazendo  $s = 1$  (a mais-valia tem, no exemplo dado, valor igual ao da força de trabalho, como vimos), obtém-se:

$$v_1 = v_2 = 2 \quad v_3 = 1$$

Podemos escrever-se tudo conforme o quadro n.º 1

QUADRO N.º 1]

Sectores	Capitais (1)	Mais-valias (2)	Valores (3)=(1)+(2)	Lucros $\frac{1}{3}$ (1) (4)=	Preços (5)=(1)+(4)	Desvios (6)=(5)-(3)
I (trigo) ...	$(20 + 20) c + 80 v$	$80 v$	200	40	160	- 40
II (carvão) ..	$(80 + 80) v + 20 v$	$20 v$	200	60	240	+ 40

Utilizando a notação de Marx em «valores», tem-se em (1) o capital constante ( $c$ ), mais o capital variável ( $v$ ) com a mais-valia em (2) (dado  $s = 1$ ), os «valores» em (3) e os preços e lucros nas colunas seguintes. A soma dos «valores» iguala a dos «preços» e está tudo logicamente consistente.

Simplemente, a partir da especificação inicial do modelo em termos físicos — incluindo os custos em trabalho —, os preços da coluna (5) são, como vimos, determináveis *sem recurso aos valores*, e vice-versa, através da solução dos sistemas de equações I) e II). Como se queria demonstrar.

Que tem a ver tão simples exemplo com a interpretação paradigmática do desenvolvimento capitalista? Já observámos como tudo isto remete a Ricardo (mais até, talvez, do que a Marx, como mostra Sraffa). Simplemente, como é sabido, a teoria do valor contém em Marx uma interpretação do desenvolvimento capitalista antagónica da outra. Num caso, o capitalismo acentua inexoravelmente contradições internas que assegurarão a passagem a sociedade qualitativamente diferente e superior. Noutro caso, a teoria é agnóstica (na melhor das hipóteses) sobre o destino do capitalismo a longo prazo, mas procura racionalidades que o sirvam, designadamente esquemas abstractos de aplicação de recursos. Mesmo que estes, por ironia, se revelem menos dificilmente aplicáveis em sociedades não capitalistas.

### III

5. A partir dos fundamentos lançados por Keynes na sua *Teoria Geral* (1936), pode falar-se numa importante bifurcação no paradigma ortodoxo. Neoclássicos e keynesianos, se têm muita coisa em comum, têm também

muito que o distingue<sup>9</sup>. Os neoclássicos constroem mais facilmente universos fluidos, auto-adaptativos, de grande abstracção e elegância formal, que só por analogia mais ou menos remota podem ilustrar situações reais. Os keynesianos, mais realistas, formulam ou procuram modelos úteis para macrodecisões. É esta orientação, portanto, que interessa mais referir na panorâmica que vimos traçando.

Será porventura esclarecedor estabelecer um paralelo entre os modelos de Domar e Mahalanobis, que tanta aura mereceram nos anos posteriores à segunda guerra mundial.

O modelo de Domar é um dos muitos que, na esteira do instrumental analítico criado por Keynes, procuram estabelecer condições de *crescimento equilibrado* (não já de equilíbrio de pleno emprego a curto prazo, como fora preocupação central de Keynes).

Partindo da dupla natureza do investimento, como criador de oferta e de procura (pelo lado do rendimento), tem-se, neste último prisma:

$$\Delta Y_d = \Delta I \frac{1}{\alpha} \quad (1)$$

pelo princípio do multiplicador keynesiano e sendo  $\alpha$  a propensão marginal (e média) à poupança.

E, também, sendo  $\sigma = \frac{\Delta Y}{\Delta K}$  a produtividade marginal do capital (ou inverso da relação marginal capital/produto), vem do lado da oferta:

$$\Delta Y_s = \sigma I \quad (2)$$

A condição de equilíbrio macroeconómico  $I = S$ , em função de  $Y$ , exigirá  $\Delta I \frac{1}{\alpha} = \sigma I$ , ou seja  $\frac{\Delta I}{I} = \sigma \alpha$ .

Como  $\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta Y}{I} \cdot \frac{I}{Y} = \sigma \alpha$ , vem a conhecida relação

$$\boxed{\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta I}{I} = \sigma \alpha}$$

como condição de crescimento equilibrado.

Aprofundemos agora a análise, como faz Mahalanobis, defrontando a opção investimento na produção de bens de consumo *versus* investimento na produção de bens de capital, ou, mais sugestivamente, opção «indústrias ligeiras/indústrias pesadas». Dinamizando o modelo e introduzindo a análise

<sup>9</sup> A. S. Eichner e J. A. Kugel, «An essay on Post-Keynesian theory: a new Paradigm in Economics», in *Journal of Economic Literature*, n.º 4, de Dezembro de 1975.

periódica, tem-se (supõe-se *economia fechada*, como no modelo de Do-mar):

- $I_t$  = investimento no período  $t$
- $C_t$  = consumo no período  $t$
- $Y_t$  = rendimento no período  $t$
- $\beta_k$  = coeficiente ou produtividade marginal do capital (inverso da relação marginal capital/produto) no sector dos bens de capital
- $\beta_c$  = idem, bens de consumo
- $\gamma_k$  = parte de  $I$  aplicada no sector dos bens de capital
- $\gamma_c$  = idem, bens de consumo

Claro que  $\gamma_k + \gamma_c = 1$ . Tem-se  $\beta = \beta_k \lambda_k + \beta_c \lambda_c$  como coeficiente marginal *global* de capital.

Demonstra-se, por recorrência <sup>10</sup>, que:

$$\begin{aligned} \Delta I &= I_t - I_0 = [(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1] I_0 \\ \Delta C &= C_t - C_0 = \beta_c \lambda_c \left[ \frac{(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1}{\beta_k \lambda_k} \right] I_0 \\ \Delta Y &= Y_t - Y_0 = \frac{\beta_k \lambda_k + \beta_c \lambda_c}{\beta_k \lambda_k} [(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1] I_0 \end{aligned}$$

<sup>10</sup> Com efeito:

$$\begin{aligned} 1) \beta_k \lambda_k I_{t-1} &= I_t - I_{t-1} \rightarrow \beta_k \lambda_k = \frac{I_t - I_{t-1}}{I_{t-1}} \\ 2) \beta_c \lambda_c I_{t-1} &= C_t - C_{t-1} \end{aligned}$$

de 1) vem

$$3) I_t = (1 + \beta_k \lambda_k) I_{t-1} = \boxed{(1 + \beta_k \lambda_k)^t I_0}$$

por recorrência:

$$\begin{aligned} I_1 &= (1 + \beta_k \lambda_k) I_0 \\ I_2 &= (1 + \beta_k \lambda_k) I_1 = (1 + \beta_k \lambda_k)^2 I_0 \\ \text{etc.} \end{aligned}$$

ou seja:

$$\boxed{I_t - I_0 = [(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1] I_0} \quad [A]$$

Por outro lado:

$$\begin{aligned} C_t - C_{t-1} &= \beta_c \lambda_c I_{t-1} \\ C_{t-1} - C_{t-2} &= \beta_c \lambda_c I_{t-2} \\ \dots \\ C_1 - C_0 &= \beta_c \lambda_c I_0 \end{aligned}$$

Somando membro a membro:

$$C_t - C_0 = \beta_c \lambda_c (I_{t-1} + \dots + I_0)$$

Exprimindo os  $I$  segundo 3), vem:

$$C_t - C_0 = \beta_c \lambda_c [(1 + \beta_k \lambda_k)^{t-1} + (1 + \beta_k \lambda_k)^{t-2} + \dots + 1] I_0$$



A partir daqui e fazendo

$$\alpha = \frac{I_0}{Y_0} \quad \text{e} \quad \alpha' = \frac{I_t - I_0}{Y_t - Y_0} = \frac{\beta_k \lambda_k}{\beta_k \lambda_k + \beta_c \lambda_c}$$

(propensão média à poupança)
(propensão marginal à poupança)

Recorde-se que, sendo  $\beta = \beta_k \lambda_k + \beta_c \lambda_c$ , é  $\alpha' = \frac{\beta_k \lambda_k}{\beta}$

Vem

$$r = \frac{Y_t - Y_0}{Y_0} = \frac{\alpha}{\alpha'} [(1 + \alpha' \beta)^t - 1] = \frac{\alpha}{\alpha'} [(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1]$$

com Domar tinha-se  $r = \alpha' \beta$ , sendo agora  $\alpha' \beta = \beta_k \lambda_k$

Assim, a taxa de crescimento do produto é relacionada, não apenas com as propensões média (inicial) e marginal à poupança e a produtividade marginal global do capital (isto é,  $\beta$ ), mas directamente com a proporção do investimento aplicada nas indústrias «pesadas» — produtoras de bens de capital — e a produtividade desse investimento. Há, todavia, duas influências contraditórias sobre  $r$ : se aumenta  $\lambda_k$ , por um lado aumenta  $\alpha'$  e por outro cresce a base da potência  $t$ , que é o segundo termo da expressão  $r$ . Ou seja: para um período suficientemente longo, um  $\lambda_k$  elevado compensa a redução inicial do consumo com a acumulação subsequente no investimento, permitindo maior taxa acumulada de crescimento do que no caso de  $\lambda_k$  pequeno e correspondente concentração nos bens de consumo. Ponto importante é pois relacionar *acréscimos* no consumo e no investimento em função do modelo de aplicação de recursos, isto é, da escolha dos parâmetros  $\lambda_k$  e  $\lambda_c$ .

Interessa então estabelecer a relação  $\frac{\Delta C}{\Delta I}$ , a que chamamos  $\varphi$ .

$$\text{ou} \quad C_t - C_0 = \beta_c \lambda_c \left[ \frac{(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1}{\beta_k \lambda_k} \right] I_0 \quad [B]$$

visto que a soma das sucessivas potências de  $1 + \beta_k \lambda_k$  dá

$$\frac{1 - (1 + \beta_k \lambda_k)^t}{1 - (1 + \beta_k \lambda_k)} = \frac{(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1}{\beta_k \lambda_k}$$

(soma dos termos numa série em progressão geométrica).

Para conhecer  $Y_t - Y_0$  soma-se [A] em [B] e obtém-se

$$Y_t - Y_0 = \left\{ \frac{\beta_k \lambda_k + \beta_c \lambda_c}{\beta_k \lambda_k} [(1 + \beta_k \lambda_k)^t - 1] \right\} I_0 \quad [C]$$

Das relações anteriores vem

$$\Delta C = \frac{\beta_c \lambda_c}{\beta_k \lambda_k} \Delta I$$

donde

$$\varphi = \frac{\Delta C}{\Delta I} = \frac{\beta_c (1 - \lambda_k)}{\beta_k \lambda_k} = \frac{\beta_c}{\beta_k} \left( \frac{1}{\lambda_k} - 1 \right)$$

Faça-se

$$K = \frac{\beta_c}{\beta_k} > 1$$

vem então

$$\varphi = \frac{\Delta C}{\Delta I} = \boxed{K \left( \frac{1}{\lambda_k} - 1 \right)}$$

Suponha-se  $K = \frac{4}{3}$ , isto é, a relação entre a produtividade marginal das indústrias «ligeiras» e «pesadas» igual a 4/3, e consideremos valores para  $\lambda_k$ : tem-se

$$\varphi = \frac{4}{3} \left( \frac{1}{\lambda_k} - 1 \right)$$

$\lambda_k$	1/10	1/5	1/2	4/7	3/5	4/5
$\varphi$	12	16/3	4/3	1	8/9	1/3

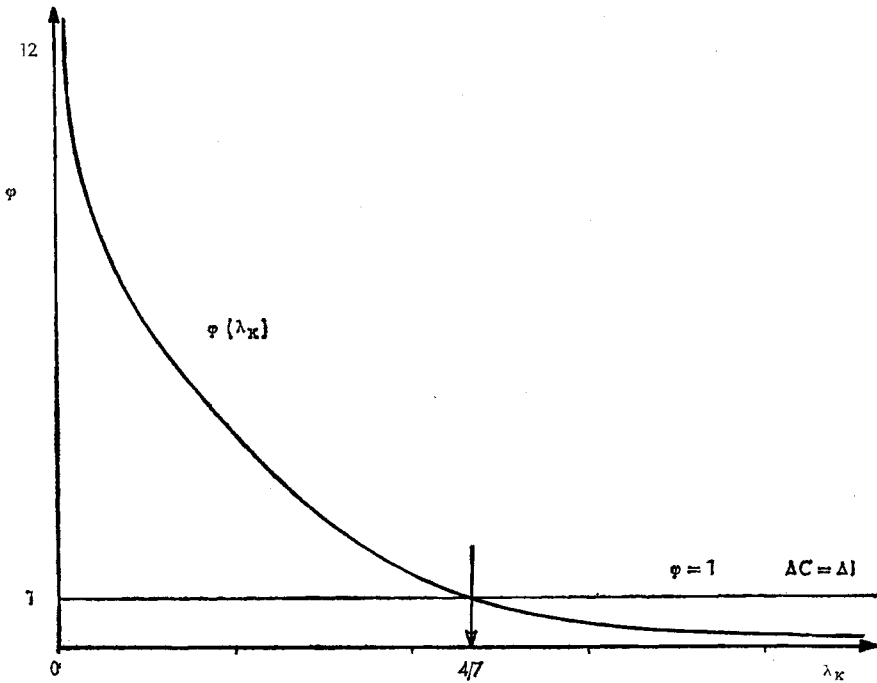
Graficamente,  $\varphi$  apresenta-se nos termos do gráfico II

Para  $\lambda_k = \frac{4}{7}$  (vem  $\varphi = 1$ ) consumo e investimento crescerão na mesma proporção. Mas, se se reservar  $\frac{4}{5}$  do investimento para aplicação nas indústrias de capital ou pesadas, o aumento do consumo será apenas 1/3 do investimento. Nesse caso, porém, é evidente que o *aumento* do investimento será muito maior e o consumo beneficiará do facto. Um  $\lambda_k$  elevado aumenta o consumo (por via do investimento) para um horizonte temporal suficientemente distante.

Que pretendemos mostrar com esta digressão?

Apenas reforçar a ideia já anteriormente exposta: o pensamento ortodoxo, na sua orientação quer neoclássica quer neokeynesiana, conscien-

[GRÁFICO III]



cializados os seus «desvios» ideológicos apologéticos de determinado sistema, fornece esquemas ou instrumentos analíticos que podem ser úteis para a gestão de sistemas *diversos* e até *antagônicos* do capitalismo, embora tenham brotado dum conhecimento que na origem se associa à preservação daquele.

Em todo o caso, como veremos a seguir, o essencial da passagem histórica do subdesenvolvimento ao desenvolvimento (antes da fase em que se poderá falar da gestão dum sistema *anti* ou, pelo menos, *distinto* do capitalismo dependente) remete necessariamente para o paradigma alternativo.

#### IV

6. Sintetizando o caminho percorrido, poderemos dizer que o paradigma ortodoxo será *útil* (coisa distinta de *verdadeiro*, até no sentido de conforme à *praxis* inserida progressivamente no processo histórico) no que se refere à gestão do capitalismo avançado. Quer na versão neoclássica quer neokeynesiana, a sua transposição para o mundo subdesenvolvido (*pelo* capitalismo, precisamente) resta todavia desanimadoramente superficial ou mistificadora. Valerá como um símbolo a 7.ª edição do *Economics* (1973), o manual da economia ortodoxa por excelência, da autoria de Paul Samuelson, onde se procurará em vão instrumentos teóricos consistentes e convincentes para a explicação e superação do subdesenvolvimento.

Claro que na literatura desta índole abundam descrições dos «obstáculos» ao desenvolvimento; tentativas de faseamento das etapas a vencer

pelos subdesenvolvidos (a obra de Rostow, *Stages of economic growth*, com o seu famoso *take off* ou descolagem, é porventura a mais conhecida); receitas para políticas de desenvolvimento e correspondentes modelos mais ou menos sofisticados e compreensivos. Não se rejeita, como se disse, a possibilidade de se encontrarem nestas paragens sugestões úteis (se bem que parciais e sempre correndo o risco de disfarçarem ou mistificarem o essencial) em termos, como diz Sweezy, de *engenharia social*, mas não mais do que isso.

Duas notas ainda, antes de mudarmos de cenário ou paradigma.

A primeira nota respeita à suposição — implícita, mais vezes do que explícita — no paradigma ortodoxo de certa *continuidade* entre capitalismo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Não se trata necessariamente de supor, como também Marx e Lenine aliás admitiram, que os capitalisms avançados fornecem modelos historicamente necessários para aquelas economias que, por qualquer razão, partiram ou partem *atrasadas para um idêntico trajecto*. Mas trata-se ainda de admitir processos *adaptados, ligados ou induzidos* por referência ao mundo capitalista desenvolvido. O desenvolvimento mundial, fora dos casos «anómalos» dos países socialistas, seria gradualmente espalhado pelo planeta como a mancha de gordura alastra numa superfície. É uma crença deste género que ainda está subjacente, por exemplo, ao primeiro estudo do Clube de Roma sobre os *Limits to growth*.

A segunda nota, estreitamente ligada à anterior, respeita à particular fragilidade da teorização da *economia internacional*, no paradigma ortodoxo, em qualquer das suas versões. Não se pretende, de novo, negar certa validade lógica formal à teoria dos custos comparativos como fundamento da aplicação óptima de recursos à escala internacional. Em certo sentido, essa lógica tem também cabimento no quadro duma integração económica socialista. O que está em jogo, porém, é a recusa de centrar a teoria numa realidade conflitual e dinâmica em que o antagonismo de interesses, e não a sua complementaridade, constitui o essencial da questão. A recusa, afinal, tanto no plano externo como interno, de situar a luta de classes no âmbito e no âmago do paradigma em causa.

7. A problemática do desenvolvimento, no paradigma marxista, remete naturalmente para uma teoria do processo social global, ou seja, para o materialismo histórico. Sendo assim, haverá que procurar as leis ou regularidades de evolução dos diferentes modos de produção e as correspondentes modalidades de transição, e isto segundo uma metodologia basicamente comum. Como não estamos neste texto interessados no problema da transição nos capitalisms avançados (não é corrente designar esta temática por desenvolvimento), ocorre levantar uma questão: *O Capital*, de Marx, vale, hoje, para o chamado terceiro mundo?

Ouvimos recentemente dum investigador soviético<sup>11</sup>, aliás conhecido pelo seu não conformismo, Kiva Maidanik, a resposta negativa a esta questão. Estamos de acordo (sem prejuízo da contribuição *metodológica* fundamental que a obra significa no domínio da investigação social), ao

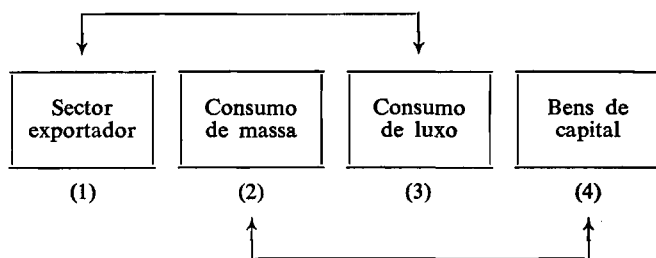
---

<sup>11</sup> Num seminário organizado pela Faculdade de Economia da Universidade do México, integrado nos Cursos de Outono de 1976 sobre o tema geral «A economia mundial e a mudança social», em que participámos por honroso convite de José Luís Ceceña Gamez, director da Faculdade.

menos, por uma razão principal. A mesma que referimos, afinal, numa crítica do paradigma ortodoxo acerca da não continuidade entre capitalismo avançados e subdesenvolvidos. A descontinuidade resulta da existência de uma ordem capitalista internacional à qual é inerente uma relação de dominação-dependência, isto é, o imperialismo, que já em 1916 Lenine considerava o estágio supremo do capitalismo. Dito doutra forma, ainda, que hoje se tornou lugar-comum: desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces contemporâneas do processo capitalista, e não etapas distintas no mesmo percurso. Desde logo, tal constatação obriga-nos a articular de forma precisa o «interior» e o «exterior» do subdesenvolvimento, em termos totalmente incompatíveis com a matriz teórica mais comum ao paradigma ortodoxo. Se considerarmos as maiores contribuições recentes nesta linha de investigação, mesmo aceitando um leque muito amplo de autores bem diferenciados — por exemplo, Samir Amin, Celso Furtado, A. Emmanuel, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini —, é nas conexões entre o *dentro* e o *fora* do desenvolvimento que as análises mais têm insistido. Troca desigual, desenvolvimento desigual, modernização e marginalização, internacionalização do capital e da acumulação (por via das empresas transnacionais, designadamente), capitalismo dependentes, capitalismo de Estado dependentes, são termos e conceitos que servem diferentes campos de pesquisa na área que referimos.

A investigação sobre o desenvolvimento é, assim, uma investigação, por um lado, sobre as modalidades e consequências da *dependência estrutural*, característica das formações sociais periféricas dos capitalismos avançados, e, por outro lado, sobre a dinâmica da estruturação capitalista ainda dominante à escala mundial e ainda sobre as estratégias internas e externas mais adequadas à superação da dependência. Nas condições actuais da América Latina, da África e da Ásia compreende-se que a estratégia do desenvolvimento se confunda com a estratégia da revolução anti-imperialista.

Se considerarmos os quatro sectores que refere Samir Amin <sup>12</sup>



para que a articulação (2) — (4), em lugar de (1) — (3), que funciona, por exemplo, no Brasil ou no México, se torne predominante no crescimento — ou seja, que o autocentramento substitua a dependência —, não basta a formulação de qualquer bem (ou mal) intencionado plano de desenvolvimento. Este só será mais do que objecto de prestígio ao serviço das retóricas oficiais desde que se insira no curso da autêntica transformação social que torne a grande massa da população sujeito activo, e não objecto passivo, do crescimento económico <sup>13</sup>. E é óbvio que o *Estado* adequado a tal tarefa terá de ser radicalmente diverso daquele que apoia empresas multinacionais, utilizando mão-de-obra barata para exportação ou servindo

padrões de consumo de capitalismo avançados reproduzidos internamente graças à grande concentração do rendimento e da riqueza.

A *economia política do desenvolvimento* será, nestes termos, um conhecimento que emerge duma periferia dominada por um centro que, consciente ou inconscientemente, produz a sua ideologia de justificação e apoio do *statu quo*. É óbvio que os fundamentos teóricos terão de ser procurados fora do próprio pensamento dominante nesse centro.

Afirmar que tais fundamentos remeterão mais para a reinterpretação da metodologia marxista de investigação social constituída no século XIX e para a análise das experiências recentes de superação da dependência e menos para a teoria emergente daquelas sociedades que erigiram o marxismo-leninismo em ideologia oficial parece banalidade amplamente confirmada pela experiência de que o século XX é portador.

---

<sup>12</sup> *Capitalismo Periférico e Comércio Internacional*, cap. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974.

<sup>13</sup> Cf., por exemplo, Clive Thomas, *Dependence and Transformation*, Monthly Review Press, Nova Iorque, 1974.